

Jalles Machado
Empreendimentos
Imobiliários S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de março de 2023**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Deputado Jamel Cecílio, 2.496 - Quadra B-22, Lote 04-E
Salas A-103 a A-106 - Jardim Goiás
Edifício New Business Style
74810-100 - Goiânia/GO - Brasil
Caixa Postal 25.425 - CEP 74810-970 - Goiânia/GO - Brasil
Telefone +55 (62) 3604-7900
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos acionistas e diretores da

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

Goianésia – Goiás

Opinião sem ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. “Companhia”, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. em 31 de março de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Parte relacionada

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1 e 15, chamamos à atenção para o fato que a Companhia faz parte de um grupo econômico e mantém operações relevantes com sua parte relacionada e controladora, principalmente para as transações de receita com aluguel. Essas transações foram efetuadas de acordo com os termos específicos acordados entre a administração da Companhia e sua parte relacionada. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 20 de julho de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC GO-001203/O-2 F-GO



Fernando Rogério Liani
Contador CRC 1SP229193/O-2

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de março de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3	33.497	21.851	Fornecedores e outras contas a pagar	5		10
Contas a receber	4	3.348	3.037	Dividendos a pagar	7	7.444	5.905
Impostos e contribuições a recuperar		<u>379</u>	<u>-</u>	Imposto de renda e contribuição social a recolher		1.364	1.119
Total do ativo circulante		<u>37.224</u>	<u>24.888</u>	Obrigações fiscais		<u>124</u>	<u>112</u>
				Total do passivo circulante		<u>8.937</u>	<u>7.146</u>
Não circulante				Patrimônio líquido	7		
Investimentos		674	472	Capital social		59.633	59.633
Propriedades para investimento	5	<u>59.267</u>	<u>63.830</u>	Reservas de lucros		6.263	4.696
Total do ativo não circulante		<u>59.941</u>	<u>64.302</u>	Dividendos adicionais propostos		<u>22.332</u>	<u>17.715</u>
				Total do patrimônio líquido		<u>88.228</u>	<u>82.044</u>
Total do ativo		<u>97.165</u>	<u>89.190</u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u>97.165</u>	<u>89.190</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.**Demonstração do resultado****Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022***(Em milhares de Reais)*

	Nota	2023	2022
Receita operacional líquida	11	38.111	33.670
Custo dos serviços prestados	12	<u>(4.563)</u>	<u>(5.612)</u>
Lucro bruto		<u>33.548</u>	<u>28.058</u>
Despesas operacionais			
Despesas administrativas e gerais	12	(79)	(83)
Outras receitas operacionais	12	<u>131</u>	<u>84</u>
Lucro antes do resultado financeiro e tributos		<u>33.600</u>	<u>28.059</u>
Despesas financeiras	13	(1)	(37)
Receitas financeiras	13	<u>3.066</u>	<u>938</u>
Receitas financeiras líquidas		<u>3.065</u>	<u>901</u>
Resultado antes dos impostos de renda e contribuição social		<u>36.665</u>	<u>28.960</u>
Imposto de renda e contribuição social corrente	10	<u>(5.322)</u>	<u>(4.097)</u>
Resultado do exercício		<u>31.343</u>	<u>24.863</u>
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	16	0,89	0,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado do exercício	31.343	24.863
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>31.343</u></u>	<u><u>24.863</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros		Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
			Legal	Retenção de lucros			
Saldos em 31 de março de 2021	59.633	-	3.453	-	11.005	-	74.091
Integralização de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-
Distribuição de dividendos conf. AGO em 29/07/2021	-	-	-	-	(11.005)	-	(11.005)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	24.863	24.863
Reserva legal	-	-	1.243	-	-	(1.243)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(5.905)	(5.905)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	17.715	(17.715)	-
Saldos em 31 de março de 2022	59.633	-	4.696	-	17.715	-	82.044
Distribuição de dividendos conf. AGO em 26/07/2022	-	-	-	-	(17.715)	-	(17.715)
Resultado do exercício	-	-	-	-	-	31.343	31.343
Reserva legal	-	-	1.567	-	-	(1.567)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(7.444)	(7.444)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	22.332	(22.332)	-
Saldos em 31 de março de 2023	59.633	-	6.263	-	22.332	-	88.228

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A.**Demonstração dos fluxos de caixa - Método indireto**

Exercícios findos em 31 de março de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota	2023	2022
Fluxo de caixa de atividades operacionais			
Resultado do exercício		31.343	24.863
Ajustes para:			
Depreciação	5, 12	4.563	5.612
Amortização de custos de transação de empréstimos		-	3
Impostos de renda e contribuição social provisionados	10	5.322	4.097
Juros sobre empréstimos		-	21
Variações em:			
Contas a receber	4	(312)	(750)
Impostos e contribuições a recuperar		(378)	-
Fornecedores e outras contas a pagar		(5)	10
Obrigações fiscais		12	28
Aplicações em caixa e restrito		-	(3.738)
Resgate de caixa restrito		-	7.404
Juros pagos de empréstimos e financiamentos		-	(25)
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(5.077)</u>	<u>(3.744)</u>
Fluxo de caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>35.468</u>	<u>33.781</u>
Fluxo de caixa de atividades de investimentos			
Aquisição de outros investimentos		<u>(202)</u>	<u>(103)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		<u>(202)</u>	<u>(103)</u>
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos			
Amortização de empréstimos e financiamentos		-	(2.541)
Pagamento de dividendos		<u>(23.620)</u>	<u>(25.070)</u>
Fluxo de caixa líquido utilizados nas atividades de financiamentos		<u>(23.620)</u>	<u>(27.611)</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>11.646</u>	<u>6.067</u>
Caixa e equivalentes no início do exercício		21.851	15.784
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de março		<u>33.497</u>	<u>21.851</u>
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		<u>11.646</u>	<u>6.067</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Jalles Machado Empreendimentos Imobiliários S.A. está sediada na cidade de Goianésia, Estado de Goiás, na Rodovia GO 338, Km 33 à esquerda, Km 03, Zona Rural e tem como objeto social a compra e venda de bens imóveis, a locação de bens imóveis e a administração de bens próprios por tempo indeterminado.

A Companhia foi criada com o objetivo exclusivo, o qual possui instrumento particular de locação de bem imóvel para fins não residenciais e equipamentos no valor mensal de R\$ 3.348 (R\$ 3.037 em 2022) ajustado anualmente pelo IGP-M até junho de 2024 com a Controladora Jalles Machado S.A. Após o vencimento do contrato de locação atual, o mesmo será automaticamente renovado.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em BRGAAP. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 2.4.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2.5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 20 de julho de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais.

2.3 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

(i) Incertezas sobre premissas e estimativas

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas na nota a seguir.

Nota explicativa nº 5 - mensuração do valor justo de propriedades para investimentos.

2.5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Receita de aluguel de propriedade para investimento

A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear durante o prazo do arrendamento em 100% para sua controladora Jalles Machado S.A.. Incentivos de arrendamento concedidos são reconhecidos como parte integral da receita total de aluguéis, pelo período do arrendamento.

b. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

Rendimentos sobre aplicações financeiras;
Despesas bancárias; e
Despesas com juros.

As receitas e as despesas financeiras são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

c. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados de acordo com a legislação vigente do “lucro presumido”. Com base nesse regime, o lucro tributável corrente a 32% do faturamento, acrescido de outras receitas operacionais, para fins de impostos de renda e da contribuição social, respectivamente.

Imposto de renda - Calculado à alíquota de 15% sobre o lucro presumido tributável acrescido do adicional de 10% sobre o excedente de R\$ 240 (base anual).

Contribuição social - Calculado à alíquota de 9% sobre o lucro presumido tributável. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, as taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretada na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

d. Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são a propriedades mantidas para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos

administrativos. As propriedades para investimento são mensuradas à custo.

Custos incluem despesas que são diretamente atribuíveis à aquisição de uma propriedade para investimento. O custo da propriedade para investimento construída pelo proprietário inclui os custos de material e mão de obra direta, qualquer custo diretamente atribuído para colocar essa propriedade para investimento em condição de uso conforme o seu propósito e os juros capitalizados dos empréstimos.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens das propriedades para investimento, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado como custo dos serviços prestados. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Descrição	Anos
Máquinas, equipamentos e instalações	2 a 38
Construções civis e benfeitorias	17 a 46

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada data de encerramento de exercício e ajustados caso seja apropriado.

e. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber é decorrente do aluguel de bens móveis e imóveis e é reconhecido no período de utilização dos bens.

Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia e suas controladas;

Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
Os termos que limitam o acesso da Companhia e suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação de instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios.

g. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais. A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e rating (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e propriedade para investimento, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

A administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade em 31 de março de 2023 e 2022.

h. Arrendamentos

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019 (1º de abril para a Companhia).

O CPC 06 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma anterior, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

2.6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022 (1º de abril de 2022 para a Companhia). A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023 (1º de abril de 2023). Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componentes do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo:

- Revisão anual das normas IFRS 2018–2020.
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS *Practice Statement 2*).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23/IAS 8).

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2023	2022
Caixas e bancos	-	1
Bancos com partes relacionadas (Nota 15)	3.347	194
Aplicações financeiras com partes relacionadas (Nota 15)	30.150	21.656
	<u>33.497</u>	<u>21.851</u>

A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa os saldos provenientes das contas de caixa e aplicações com vencimentos inferiores a 90 dias resgatáveis sem qualquer carência.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado, de crédito e de mensuração do valor justo relacionados a caixa e equivalentes de caixa estão incluídas na nota explicativa 9.

4 Contas a receber

	2023	2022
Contas a receber - Partes relacionadas (Nota 15) (a)	3.348	3.037
Total	3.348	3.037

Não há títulos vencidos em 31 de março de 2023.

- (a) Refere-se a recebíveis de contrato de locação de bens móveis e imóveis firmado com a controladora Jalles Machado S.A. em 16 de junho de 2014, por um período inicial não revogável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado ao Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”).

5 Propriedades para investimento

Controladora	Edificações	Máquinas, eqptos e instalações	Terrenos	Total
Custo e custo atribuído				
Saldo em 31 de março de 2021	30.096	88.605	367	119.068
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2022	30.096	88.605	367	119.068
Aquisições durante o ano	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-
Saldo em 31 de março de 2023	30.096	88.605	367	119.068
Depreciação				
Saldo em 31 de março de 2021	(5.636)	(43.990)	-	(49.626)
Depreciações do exercício	(831)	(4.781)	-	(5.612)
Saldo em 31 de março de 2022	(6.467)	(48.771)	-	(55.238)
Depreciações do exercício	(830)	(3.733)	-	(4.563)
Saldo em 31 de março de 2023	(7.297)	(52.504)	-	(59.801)
Valor contábil líquido				
31 de março de 2022	23.629	39.834	367	63.830
31 de março de 2023	22.799	36.101	367	59.267

Propriedades para investimento incluem prédios, máquinas, equipamentos e instalações que são arrendados à controladora Jalles Machado S.A. Cada arrendamento tem um período inicial não revogável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado ao Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”) conforme Instrumento Particular de Locação de Bens Imóveis. Renovações subsequentes são efetuadas de forma automática por igual período, salvo hipótese de manifestação da locatária em contrário. Nenhum aluguel contingente é cobrado.

Em 31 de março de 2023, a Companhia apurou o valor justo das propriedades para investimentos R\$ 151.191 (R\$ 148.198 em 31 de março de 2022).

Teste da redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01 (R1) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, a Companhia avalia, ao final de cada exercício, eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre seu valor de recuperação. A avaliação foi baseada em fontes

externas e internas de informação, considerando variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercados entre outros.

O resultado de tal avaliação em 31 de março de 2023 não apontou a necessidade de realização de redução no valor recuperável destes ativos.

6 Provisão para contingências

A Companhia classifica o risco de perda nos processos legais como “remotos”, “possíveis” ou “prováveis”. A avaliação da probabilidade de perda nessas ações, assim como a apuração dos montantes envolvidos, considera os pedidos dos reclamantes, a posição jurisprudencial acerca das matérias e a opinião dos consultores jurídicos da Companhia.

A Companhia não possui registros de demandas judiciais ou extrajudiciais em 31 de março de 2023 e 2022 que devam ser registradas e/ou divulgadas.

7 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social da Companhia é de R\$ 59.633 totalmente subscrito e integralizado, dividido em 35.134 ações ordinárias em 2023 e 2022, sem valor nominal pertencentes aos seguintes acionistas:

	Em ações	
	2023	2022
Jalles Machado S.A.	35.134	35.133
Otávio Lage de Siqueira Filho	-	1
	35.134	35.134

b. Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina um percentual não inferior a 25% do lucro distribuível ao pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar, quando devidos, são destacados do patrimônio líquido no encerramento do exercício e registrados como obrigação no passivo. Os dividendos mínimos obrigatórios a pagar foram calculados conforme segue:

	2023
Resultado do exercício	31.343
Resultado ajustado do exercício	31.343
Reserva legal - 5%	(1.567)
Base de cálculo para cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	29.776
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	7.444
Dividendos adicionais propostos	22.332
Saldos de lucros acumulados em 31 de março	-

8 Gerenciamento do capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2023	2022
Total do passivo	8.937	7.146
(-) Caixa e equivalentes de caixa (nota 3)	(33.497)	(21.851)
(=) Dívida líquida (A)	(24.560)	(14.705)
Total do patrimônio Líquido (B)	88.228	82.044
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (A)/(B)	(0,28)	(0,18)

9 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não incluem informações sobre o valor justo dos ativos e passivos não financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

		Valor contábil				Valor Justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível 2
31/03/2023						
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	3.347	-	3.347	-
Aplicações financeiras	3	30.150	-	-	30.150	30.150
Contas a receber e outros recebíveis	4	-	3.348	-	3.348	-
Total		30.150	6.695	-	36.845	30.150
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar		-	5	-	5	-
Total		-	5	-	5	-
		Valor contábil				Valor Justo
		Valor justo por meio de resultado	Custo Amortizado	Outros passivos financeiros	Total	Nível2
31/03/2022						
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa	3	-	195	-	195	-
Aplicações financeiras	3	-	21.656	-	21.656	-
Contas a receber e outros recebíveis	4	-	3.037	-	3.037	-
Total		-	24.888	-	24.888	-
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores e outras contas a pagar		-	10	-	10	-
Total		-	-	-	10	-

b. Mensuração do valor justo

Os valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de março de 2023 e 2022.

c. Gerenciamento de riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

Risco de crédito;
Risco de liquidez; e
Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente à Administração sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os funcionários entendam seus papéis e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

O risco é basicamente proveniente das contas a receber e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

Exposição a riscos de crédito

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	3	33.497	21.851
Contas a receber - Partes relacionadas	4	3.348	3.037
Total		36.845	24.888
Ativo circulante		36.845	24.888

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de empréstimos e financiamentos junto a cada uma das instituições.

Não existe na história da Companhia registro de perdas em caixa e equivalentes de caixa.

Contas a receber

A exposição da Companhia ao risco de crédito está centralizada na controladora Jalles Machado S.A., seu único cliente.

Não há títulos vencidos em 31 de março de 2023.

Garantias

A Companhia tem como política não fornecer garantia a terceiros.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco da Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre se tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

As aplicações financeiras da Companhia são realizadas em Certificados de Depósito Bancário - CDB que apresentam liquidez imediata.

Exposição ao risco de liquidez

O valor contábil dos passivos financeiros com risco de liquidez está representado abaixo:

	Nota	2023	2022
Fornecedores e outras contas a pagar		5	10
		5	10

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

	Nota	2023		
		Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar		5	5	5
		5	5	5
Circulante		5		

Não circulante	-	2022	
		Fluxo	
	Valor contábil	contratual	Até 12 meses
Fornecedores e outras contas a pagar	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
	<u>10</u>	<u>10</u>	<u>10</u>
Circulante	10		
Não circulante	-		

Não é esperado que ocorram diferenças significativas de fluxos de caixa, tanto em relação a prazos quanto em relação a montantes.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros, tem nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de taxa de juros

As operações da Companhia estão expostas a taxas de juros indexadas ao CDI.

Perfil

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Ativos financeiros		
Caixas e equivalentes de caixa (nota 3)	30.150	21.656

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos empréstimos e financiamentos e dos ativos, é apresentada uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O cenário atual corresponde o condição estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O cenário atual corresponde o condição estabilidade nas taxas de juros, sem variação. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com variação de 5% nas taxas de juros. O Cenário 2 corresponde ao cenário considerado possível, com a uma alteração de 15% nas taxas. O Cenário 3 corresponde ao cenário remoto, com a alteração de 25% nas taxas. Os efeitos são apresentados em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - apreciação das taxas

		31/03/2023								
		<u>Cenário atual</u>			<u>Cenário 1</u>		<u>Cenário 2</u>		<u>Cenário 3</u>	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	30.150	CDI	13,65%	<u>4.115</u>	14,33%	<u>4.321</u>	15,70%	<u>4.732</u>	17,06%	<u>5.143</u>
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>4.115</u>		<u>4.321</u>		<u>4.732</u>		<u>5.143</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>206</u>		<u>617</u>		<u>822</u>

Risco de taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros - depreciação das taxas

		31/03/2023								
		<u>Cenário atual</u>			<u>Cenário 1</u>		<u>Cenário 2</u>		<u>Cenário 3</u>	
Instrumento	Valor	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros										
Aplicações financeiras	30.150	CDI	13,65%	<u>4.115</u>	12,97%	<u>3.909</u>	11,60%	<u>3.498</u>	10,24%	<u>3.087</u>
Resultado financeiro líquido (estimado)				<u>4.115</u>		<u>3.909</u>		<u>3.498</u>		<u>3.087</u>
Impacto no resultado e no patrimônio (variação)						<u>(206)</u>		<u>(617)</u>		<u>(822)</u>

10 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A conciliação da despesa pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas pelo lucro presumido e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

Reconciliação da taxa efetiva

Reconciliação da taxa efetiva	2023			2022		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSL	Total
Receitas operacionais brutas						
Receita de aluguel	39.554	39.554		34.945	34.945	
Alíquota de presunção	<u>32%</u>	<u>32%</u>		<u>32%</u>	<u>32%</u>	
	12.657	12.657		11.182	11.182	
Alíquota fiscal	15%	9%		15%	9%	
	<u>1.899</u>	<u>1.139</u>		<u>1.677</u>	<u>1.006</u>	
Alíquota fiscal adicional	<u>1.242</u>			<u>1.094</u>		
	3.141	1.139	4.280	2.772	1.006	3.778
Rendimentos em aplicações financeiras e outras	3.066	3.066		938	938	
Alíquota fiscal combinada	<u>25%</u>	<u>9%</u>		<u>25%</u>	<u>9%</u>	
	766	276	1.042	235	84	319
Imposto de renda e contribuição social correntes			<u>5.322</u>			<u>4.097</u>

11 Receita operacional líquida

A receita operacional da Companhia é composta pela receita de aluguel de propriedades para investimento:

	2023	2022
Aluguel - Partes relacionadas (Nota 15)	39.554	34.945
(-) Impostos sobre vendas	<u>(1.443)</u>	<u>(1.275)</u>
Total da receita contábil	<u>38.111</u>	<u>33.670</u>

12 Gastos por natureza

	2023	2022
Depreciação	(4.563)	(5.612)
Serviços prestados por terceiros	(72)	(72)
Despesas tributárias	(7)	(7)
Demais despesas	(4)	(4)
Outras receitas (despesas) operacionais	<u>131</u>	<u>84</u>
	<u>(4.515)</u>	<u>(5.611)</u>
Reconciliação com as despesas operacionais classificadas por função:		
Custo dos produtos vendidos	(4.563)	(5.612)
Despesas administrativas e gerais	(79)	(83)
Outras receitas (despesas) líquidas	131	84

13 Resultado financeiro líquido

	2023	2022
Despesas financeiras		
Juros pagos sobre empréstimos	-	(20)
Amortização dos custos de empréstimos	-	(14)
Tarifas bancárias	(1)	(3)
	(1)	(37)
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (partes relacionadas)	72	19
Rendimentos de aplicações financeiras	2.994	919
	3.066	938
 Finanças Líquidas	 3.065	 901

14 Compromissos com contratos

A Companhia possui contrato firmado com a controladora Jalles Machado S.A. referente locação de bem imóvel para fins não residencial e locação de equipamentos. Os contratos possuem prazo de 10 anos, com vencimento em junho de 2024, e possuem valor fixo e mensal ajustado anualmente em junho pelo IGP-M.

15 Partes relacionadas

Controladora e parte controladora final

A controladora da Companhia é a Jalles Machado S.A., com 100% de participação.

Outras transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de março de 2023 e 2022, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem principalmente de transações com companhias ligadas do mesmo grupo econômico.

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Circulante						
Bancos conta movimento (a)	3.347	194	-	-	-	-
Aplicações financeiras (nota 8) (a)	30.150	21.656	-	-	1.740	505
	33.497	21.850	-	-	1.740	505
Dividendos						
Jalles Machado S/A	-	-	7.444	5.905	-	-
	-	-	7.444	5.905	-	-
Circulante						
Clientes e fornecedores						
Jalles Machado S/A (b)	3.348	3.037	-	-	39.554	34.945
Jalles Machado S/A – Compra de peças e serviços	-	-	5	-	(60)	-
	3.348	3.037	5	-	39.494	34.945

- (a) As aplicações financeiras de curto prazo, realizadas com o Banco Sicoob Coopercred, são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Recibo de Depósito Cooperativo – RDC, indexadas a 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

- (b) Refere-se a recebíveis de contrato de locação de bens móveis e imóveis firmado com a controladora Jalles Machado S.A. em 16 de junho de 2014, por um período inicial não revogável de 10 anos com o valor anual do aluguel indexado ao Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”). Durante o exercício a Companhia recebeu em R\$ 39.554 decorrente do faturamento.

Em 31 de março de 2023 o montante de R\$ 55.091 (R\$ 59.403 em 31 de março de 2022) das propriedades para investimento da Companhia correspondente a máquinas e equipamentos industriais e propriedades foram dados em garantia em operações de financiamentos bancários tomados pela Controladora Jalles Machado S.A. junto a instituições financeiras.

16 Resultado por ação

O cálculo do lucro básico e diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Resultado do período	31.343	24.863
Número médio ponderado de ações	<u>35.133.668</u>	<u>35.133.668</u>
Resultado básico e diluído por ação (em reais)	<u>0,89</u>	<u>0,71</u>

* * *

Composição da Diretoria

Diretoria

Otávio Lage de Siqueira Filho
Diretor Presidente

Rodrigo Penna de Siqueira
Diretor Financeiro

Joel Soares Alves da Silva
Diretor de Operações

Henrique Penna de Siqueira
Diretor Comercial

Contador

Nelson Gomes da Silva Neto
CRC/GO nº 011 107/O-2